

A MISSÃO "PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA"

UACURY RIBEIRO DE ASSIS BASTOS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Paraguai iniciaram-se na terceira década do século XIX, época em que a Secretaria para os Negócios Estrangeiros envia um representante, Manuel Correia da Câmara, para Assunção.

A atitude do Governo Imperial, tentando estabelecer relações diplomáticas com a vizinha República, constitui nítida definição da política externa do Brasil, no que se refere à fragmentação do antigo Vice-Reinado do Prata. Firma-se, pois, com Correia da Câmara, a posição brasileira favorável à constituição de países independentes oriundos de antigas unidades administrativas do vice-reinado criado em 1776. Outra finalidade desta missão é o uso do rio Paraguai por embarcações brasileiras.

Correia da Câmara, ao solicitar de Francia autorização para navegar de Itapua até Coimbra, visava, sem dúvida, criar um precedente vantajoso para seu país (1). A recusa do Presidente Perpétuo do Paraguai é taxativa e as relações entre Francia e a diplomacia brasileira são, posteriormente, interrompidas de maneira drástica.

Estes dois objetivos tornam-se marcantes na Missão Pimenta Bueno. Nas instruções entregues pela Secretaria de Estado para os Negócios Estrangeiros ao diplomata brasileiro que seguia para Assunção, os dois aspectos são recomendados com insistência. O Ministro Plenipotenciário do Brasil deve "empregar todos os meios que a sua habilidade lhe sugerir para evitar que o Paraguai passe a fazer parte da Confederação Argentina, e para neutralizar e diminuir a influência de Rosas na Banda Oriental" (2). Refere-se ao uso do rio nos seguintes termos: "Destas breves considerações já se vê quanto são importantes para o Império as relações de amizade com o Paraguai, a fim de prepará-lo para fazer-nos concessões e celebrar conosco em larga escala convenções, pelas quais possamos tirar, da inteira e ampla navegação daqueles rios, todas as vantagens que nos promete" (3).

- (1) «Si porém o soberano conceder-me a graça de fretar uma embarcação que me leve ao Forte de Coimbra...» — Col. Visconde do Rio Branco, n.º 642, do Catálogo I-29, 26, 10.
- (2) A Missão Pimenta Bueno (1843-1847). Documentos. Ministério das Relações Exteriores, 1966, p. 6.
- (3) Idem, p. 4.

Pimenta Bueno permanece alguns anos no Paraguai, goza da confiança de Carlos Antônio Lopes e participa como um dos principais colaboradores do periódico *El Paraguay Independiente*. Este, caracterizava-se por oposição tenaz contra Rosas e pela defesa sistemática do princípio da livre navegação dos rios. Nenhum diplomata brasileiro teve tanto prestígio junto ao Governo paraguaio como o professor da Faculdade de Direito de São Paulo. Firmou tratado com Carlos Antônio Lopes, em 1844, no qual o trânsito do rio é concedido para embarcações brasileiras. No artigo 35.º ficou estabelecido que as questões de limites seriam resolvidas tomando por base o tratado de 1777. Contrariou, desta forma, as instruções que orientavam suas atividades diplomáticas, e por esta razão o Império recusou-se a ratificá-lo. (4)

Firmou-se, desde então, o ponto de vista paraguaio de vincular a solução do problema da navegação ao da questão de limites.

Após a queda de Rosas, o rio Paraná é aberto a todas as nações do mundo. O Paraguai é um dos países beneficiados e firma tratados com estados europeus, permitindo-lhes penetrar com suas embarcações até Assunção (5).

A obstinação paraguaia, negando aquele direito ao Brasil, cria um impasse nas relações entre os dois países. Pereira Leal, representante diplomático do Brasil em Assunção, é acusado de ridicularizar o presidente Lopes e convidado a abandonar o país (6). Agrava-se, de maneira irreversível, as relações entre os dois estados. O Visconde do Rio Branco assim relata a resposta brasileira: "...seguiu-se a missão especial confiada ao chefe da esquadra Pedro Ferrelra, que se apresentou nas Três Bôcas, com uma imponente força naval e tropas de desembarque. Essa missão tinha por fim obter satisfação da ofensa feita ao Império na pessoa do seu representante, e o reconhecimento do nosso direito de livre trânsito pelo rio Paraguai, quando não fôsse possível chegar a um ajuste satisfatório sobre todas as questões. Chegando às Três Bôcas a nossa esquadra, Carlos Lopes fez anunciar que estava pronto para uma negociação pacífica, mas que se lhe evitasse a presença de uma força estrangeira, que tornaria impossível qualquer acôrdo amigável. Pedro Ferrelra, infelizmente, confluíu demasiado nessas declarações, e subiu só até Assunção, contentando-se com um tratado de navegação e comércio que seria aceito se pudesse ter logo execução, mas por uma cláusula ficava dependente do ajuste de limites" (7).

A síntese feita por José Maria da Silva Paranhos, leva-nos a imaginar uma espécie de lôgro no qual teria sido envolvido o comandante da esquadra. Como Secretário da Marinha, Paranhos foi um dos responsáveis pelo envio da esquadra. A sua observação é em defesa própria, e do Gabinete ao qual pertencia.

A documentação pertencente ao Arquivo Histórico do Itamarati, sob a denominação "Missão Pedro Ferrelra de Oliveira", e a leitura por nós realizada nos jornais argentinos e uruguayos que na época abordaram o problema, permitiram-nos interpretação bem diferente daquela que transcrevemos acima. Nos documentos examinados faltam "As Instruções" que deviam ser seguidas pelo representante brasileiro; mas existem várias referências feitas a elas em arquivos de Pedro Ferrelra de Oliveira ao Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, que nos permitem perceber a ambiguidade característica das determinações estabelecidas pelo Governo

(4) Idem, p. 9: «Nestes termos convém que V. M.^{cc} procure negociar um tratado de limites sem o fundar no uti possidetis, nem tão pouco no tratado de 1777».

(5) Tratados de navegacion suscritos entre el Paraguay y países de America... — Asuncion, Imprenta Naval, 1960.

(6) Col. Visconde do Rio Branco, n.º 351 do Catálogo, I-29, 29, 24; n.º 20.

(7) Schenelder, L. — A guerra da Tríplice Aliança. Nota de pé de página, p. 157. Edições Cultura, S. Paulo, 1945.

Imperial. A esquadra deveria penetrar até Assunção, exigir as reparações morais e obter um tratado de navegação. Tudo deveria ser feito para evitar um desenlace bélico. O chefe da esquadra, em reflexões anexas às "Instruções", manifesta dúvidas: "... não me parece bastante claro o número das instruções que diz: só no caso de que a pressuposta oposição possa ser levada a efeito por meio da força deverá V.S. sobrestar no prosseguimento da expedição..." (8).

Qual a organização da esquadra e as repercussões que teve no rio da Prata? Tais são os aspectos cuja análise torna-se imperiosa para compreender os motivos que levaram o representante brasileiro a "confiar demais nas declarações de Lopes".

A primeira notícia dada pelo jornal *Comercio del Plata*, de Montevideu, ainda que não condene a posição brasileira, manifesta certa apreensão pelos rumos que poderiam tomar os acontecimentos e pletela a interferência mediadora de Buenos Aires e da Confederação "... na desagradável complicação em que se acham empenhados o Paraguai e o Brasil..." (9).

De Montevideu surgem as primeiras notícias sobre a constituição da esquadra, seu poder de fogo, suas tropas de desembarque.

La Tribuna, publicada em Buenos Aires, noticia a presença de uma esquadra de vinte barcos, 130 peças de artilharia e 2.071 homens (10).

Se compararmos com a força naval franco-inglêsa, formada por 12 a 15 barcos, que, vencendo a batalha de Obligado, rompeu o bloqueio estabelecido por Rosas, somos obrigados a reconhecer a importância das forças enviadas pelo Brasil (11).

Além da *Tribuna*, cuja posição é mais pró Brasil do que contra, outro jornal editado em Buenos Aires é o *Nacional*, que possui como redator Bartolomeu Mitre. Deste órgão de imprensa partem as mais nítidas oposições à política brasileira. O *Nacional* de 20 de janeiro de 1855, após qualificar o Império como a Rússia da América, prossegue dizendo: "A política expansionista do Brasil prossegue sem interrupção. Os planos de Carlota Joaquina são retomados pelo Imperador. A diplomacia brasileira é paciente, recua, avança de acordo com as circunstâncias momentâneas, trabalha como uma aranha e, se não nos precavermos, logo seremos envolvidos por suas teias". O articulista condena Pereira Leal, acusando-o de contrabandista e irreverente em relação ao governo paraguaio. Afirma que o desentendimento foi preparado e procurado pelo diplomata brasileiro. Quanto à questão de limites entre Brasil e Paraguai, solidariza-se com este país e afirma que "o predomínio brasileiro no alto Paraguai, se forem obtidos os limites que pretende o Brasil, equivale a tornar-se dono de nossos rios".

O *Nacional* de 24 de janeiro afirma: "O Brasil, à maneira de um herdeiro universal de todas as repúblicas limítrofes, propende, hoje, à absorção dos territórios vizinhos, com o mesmo afim com que os seus ascendentes, os portugueses, anexavam territórios da Coroa de Castela" (11).

O noticiário sobre os preparativos bélicos que se faziam no Paraguai para repelir a esquadra brasileira é alarmante. A *Tribuna* (22 de janeiro), baseada em informações oriundas de Corrientes, noticia a mobilização de 20.000 homens para

(8) A Missão Pedro Ferreira de Oliveira (Arquivo Histórico do Itamarati) — Reflexões sobre as instruções anexas. (10-12-1854)

(9) «Comercio del Plata», Sábado, 6 de Enero de 1855. Año X, n.º 2652.

(10) «La Tribuna», 27-1-1855.

(11) Cady, John F. — *La Intervencion extranjera en el Rio de la Plata*, p. 173, Buenos Aires, 1943.

a defesa do Paraguai. Na fronteira estavam concentrados 8.000 e 12.000 ao longo do rio (12).

A frota brasileira deveria, caso houvesse desenlace bélico, receber apoio de tropas concentradas na fronteira do Rio Grande do Sul e de contingente localizado no forte de Coimbra, sob o comando de Leverger.

Carlos Antônio Lopes, através de proclamação dirigida ao exército, admite a possibilidade de desenlace bélico. Publicada a 21 de fevereiro no *Semadrio* (periódico de Assunção), é transcrita no *Comercio del Plata* de 20 de março. (13)

Proclamação

"Viva a República do Paraguai
Do Presidente da República ao Exército
Soldados

Quando o chefe supremo da República contava com uma paz segura, baseada nas relações amigáveis com todos os vizinhos, ataca-nos e invade nosso território um inimigo insidioso, o Brasil, cujo Imperador acabava de assegurar-nos uma paz inalterável em sua mensagem às Câmaras, invade nossos rios e nossa terra, e pretende impor-nos sua autoridade e suas ordens.

Uma esquadra brasileira entrou no rio Paraguai, sem que seu Governo nem seu chefe tenham enviado ao Governo da República um simples aviso; um ato que não tem exemplo a não ser entre os selvagens. Chama-nos ao combate. Soldados, vamos lutar, porque obriga-nos a isso um Governo que, falando de paz e amizade, oferece-nos a guerra e seus males.

Soldados, a Pátria conta com seus filhos, conta com esse valor frio, com essa serenidade imperturbável, que os faz arrostar os perigos e a morte, quantas vezes fôr pedido vosso auxílio.

Soldados! Seja qual fôr a sorte que a Providência nos reserve, vossa resistência será um protesto eterno contra a injustiça do Brasil e uma glória imperecível, ainda que sejamos derrotados.

Soldados! Viva a República! Independência ou morte! seja nossa divisa. Sustente essa divisa e o Paraguai far-se-á memorável e admirável."

Além da preparação psicológica das tropas e de sua distribuição em áreas estratégicas, Pedro Ferreira defronta-se com outros problemas: a existência de barcas (14) carregadas de pedras que seriam lançadas no leito do rio, caso houvesse tentativa de penetração nas águas paraguais, e o reforço de fortalezas situadas em pontos estratégicos (Humaitá e Curupaiti) (15).

(12) «El Nacional», 25-1-1855: «El imperio del Brasil su tendencia a la expansion. P. Huergo.»

(13) A proclamação foi também publicada em jornais de Buenos Aires e da Confederação.

(14) «La Tribuna», 4-4-1855: «Pouco antes da esquadra chegar à Assunção o rio petrificou-se...»

Ofício de Pedro Ferreira de Oliveira ao Visconde de Abaeté, 25-4-1855: «Demais havia no porto da capital grandes caixões denominados piraguas, destinados a entupir o canal, chelos de pedra e metidos a pique.»

(15) Ofício de Pedro Ferreira ao Visconde de Abaeté, 25-4-1855. Referindo-se às baterias de humaitá: «Conforme todas as notícias estavam colocadas em posição vantajosa e guarnecidas por sessenta peças de artilharia.

Estacada posta numa curva do rio Paraguai obrigava qualquer embarcação que tentasse passar frente a Tacumbu seguir por uma rota que a tornava fácil alvo da fuzilaria assentada na fortaleza, ao mesmo tempo que impossibilitava o revide (16).

Os ofícios de Pedro Ferreira, enviados à Secretaria de Negócios Estrangeiros, são otimistas até o instante em que recebe intimação, para ancorar a esquadra sob seu comando fora das águas paraguaias. Após declarar sua finalidade pacífica e diplomática, é autorizado a dirigir-se para a capital do país com uma única embarcação.

A demonstração de força não intimidou Assunção, e as negociações se efetuaram em clima desfavorável ao Brasil. Vários autores têm responsabilizado Pedro Ferreira pelo fracasso de sua missão, caracterizada pelo duplo aspecto: belicoso e diplomático.

O Paraguai soube tirar proveito das repercussões que a ameaça naval representava, e o comandante da esquadra brasileira achou melhor contornar a situação.

A existência de um plano bélico do Brasil é evidenciada pelo poderio da esquadra. Suas linhas gerais são especificadas em ofício dirigido pelo comandante da esquadra, que se encontrava em Villa Oliva, a Francisco Manuel Barroso.

Temendo uma traição, estabelece um roteiro, que deveria ser seguido caso se concretizasse o atentado a sua pessoa. As ordens enviadas são as seguintes:

- 1) envio de parte da esquadra até Coimbra, para que se estabelecesse a união com as tropas sob comando de Leverger;
- 2) envio de mensageiro ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul e ao comandante da fronteira de Uruguaiana;
- 3) rompimento das hostilidades sobre todas as margens do rio, com aprisionamento das embarcações que fossem encontradas sob a bandeira paraguaia (17).

A presença do governador de Mato Grosso em Coimbra é comentada pelo Visconde de Taunay (18).

A concentração de tropas na fronteira do território das Missões é confirmada por Paranhos (19).

O plano não poderia ter surgido em águas do Paraguai. A presença de tropas brasileiras em pontos estratégicos indica uma preparação prévia e ressalta a contribuição do Gabinete Imperial no esquema que é encaminhado por ofício ao capitão de mar e guerra, Francisco Manuel Barroso.

(16) Idem: «As baterias Tacumbu não poderiam ser atacadas pelos navios grandes, que não poderiam chegar a conveniente distância e que pelo contrário ficariam muitas léguas abaixo. Também não poderiam ser atacadas pelos navios pequenos, porque estão a uma altura de mais de 60 pés, e o canal único que existe é encostado a barranca; além do que o governo do Paraguai tinha feito construir duas estacadas com vigas fortes interceptando a passagem e obrigando os barcos a navegar encostados a barranca. Em uma tal posição a artilharia do navio não pegar e da parate oposta a fuzilaria podia extinguir as guarnições sem receber mais dano.

(17) Ofício de Pedro Ferreira a Francisco Manuel Barroso, 14-3-1855. Missão P.F.O. — Arquivo Histórico do Itamarati. Os três itens enumerados constam deste ofício.

(18) Taunay, Alfredo d'Escagnolle (Visconde de Taunay). Augusto Leverger, pp. 97-99, Melhoramentos S. Paulo 1931. Segundo o biógrafo de Leverger este permaneceu em Coimbra de 14 de 2 de 1855 até 15 de 11 de 1856.

(19) Veja-se a citação n.º 7.

O abandono da solução armada é estabelecido sob forma definitiva quando Pedro Ferrelra delibera seguir como diplomata, com um único barco. Justifica sua atitude perante o Gabinete Imperial, apresentando uma série de razões: 1) a oposição de certo órgão da imprensa de Buenos Aires (o *Nacional*), no qual existiam pessoas influentes junto ao governo (Mitre); 2) a ausência de Urquiza da capital da Confederação Argentina, quando da passagem da esquadra; 3) a insistência de seu ministro (Gutierrez) e do vice-presidente (Carril) para que a solução bélica fosse afastada em definitivo e adotado o debate diplomático (20).

Se a estes fatores acrescentarmos a mobilização desencadeada por Carlos Antônio Lopes, compreenderemos os rumos seguidos e a deliberação adotada por Pedro Ferrelra, de contornar a situação. Escolhe a solução diplomática, para a qual estava despreparado; prova disto é a sua resposta ao Plenipotenciário paraguaio, ao ser sugerido o debate sob forma escrita. Francisco Solano Lopes argumenta a favor deste critério, com a necessidade de reunir comprovantes para que o Paraguai não fosse acusado, diante do mundo ilustrado, de dificultar o bom êxito das negociações por "motivos frívolos" (21). A resposta do representante brasileiro foi de que não estava "munido de arquivos e alfarrábios velhos para sustentar uma polêmica, talvez, puramente literária" (22).

Nas conversações, a questão de limites era a mais delicada. O Brasil, baseado nos resultados dos demarcadores de 1750, reivindicava a linha do Iguatemi e, como contra-vertente deste, aceitava o Apa. Desta forma, o Igurei passava a ser o Iguatemi, e o Corrientes tornava-se Apa.

Azara, percebendo a imprecisão dos textos dos tratados, havia defendido com veemência a linha Ivinhelma-Mbotetey, baseando-se na denominação de Jaguaréi dada ao Ivinhelma. A diplomacia paraguaia adota o ponto de vista de Azara.

A semelhança entre as palavras Ygurei e Yaguareí foi o principal argumento do demarcador espanhol da segunda partida do Tratado de Santo Ildefonso (23).

As duas posições, fundamentadas em interpretações dos tratados firmados pelas antigas Metrópoles, tornam-se irredutíveis. A solução do problema da navegação, vinculada à de limites, anula por completo os resultados atingidos para aquela primeira questão.

A esquadra não intimidou o Paraguai, e os países intensificam seus preparativos bélicos, rumo a uma solução armada.

Ao concluir sua missão, Pedro Ferrelra comunica à Secretaria para os Negócios Estrangeiros: "A convicção em que estou, de que as questões com Lopes só terminarão por uma guerra, é que me induziu a fazer a convenção que adia os tratados de limites, e se observam as fronteiras em *statu quo*, e insistindo para que ele mande à Corte do Império um Plenipotenciário tratar, tive por vista o terminar as negociações por forma que afinal o Governo Imperial possa no futuro deliberar como julgar conveniente" (24).

(20) Ofício de Pedro Ferrelra de 1-4-1855 ao Visconde de Abaeté. Missão P.F.O. — Arquivo Histórico do Itamarati.

(22) Ofício de Pedro Ferrelra ao Visconde de Abaeté, 10-4-1855. Missão P.F.O. — Arquivo Histórico do Itamarati.

(23) Calvo, Carlos — Colección completa de Tratados (Correspondência de D. Félix Azara), Tomo 4, pp. 5-53.

(24) Ofício de Pedro Ferrelra de Oliveira ao Visconde de Abaeté. 25-4-1855. Missão P.F.O.